



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Mundo do Trabalho

A nova gestão da força de trabalho como forma de controle da produção social

Daniel Guzzo Moratti¹

Resumo: A força de trabalho sempre foi central na formação do capitalismo e também no seu contínuo desenvolvimento, porém ocorre mudanças em sua forma de gestão, de acordo com as necessidades do capital. A força de trabalho deixa de compor uma estrutura hierárquica, rígida e burocrática no segundo pós-guerra e passa a se organizar de maneira mais flexível, que está integrado com o novo modo de vida que emerge após a crise do fordismo nos anos 1970. O novo regime de acumulação, pautado na acumulação flexível, é responsável por tamanha segmentação do mercado de trabalho que cria diversas novas funções e múltiplas atividades para um mesmo empregado. A década de 70 traz grandes mudanças para essa gestão, a qual passa a exigir os sujeitos líderes de sua própria disciplina e responsáveis pelos seus resultados.

Palavras-chave: gestão da força de trabalho; fordismo; acumulação flexível.

The new management of the labor force as a way of controlling social production

Abstract: The labor force has always been central to the formation of the capitalist production system and also to its continuous development, however changes in its management form occur according to the needs of capital. The labor force ceases to compose a hierarchical, rigid and bureaucratic structure in the second post-war period and starts to organize itself in a more flexible way, which is integrated with the new way of life that emerged after the crisis of Fordism in the 1970s. A new capital accumulation regime, based on flexible accumulation, is responsible for such a segmentation of the labor market that creates several new functions and multiple activities for the same employee. The 1970s brought great changes to the way of managing the labor force, which started to demand the subjects who were leaders of their own discipline and responsible for their results. The worker starts to see himself more as part of the companies, because his gain depends on his own performance, imposing a self-discipline, and this becomes the new way of life, by pitting individuals against him and instituting exacerbated competition.

Keywords: labor force management; Fordism; flexible accumulation.

INTRODUÇÃO

Já foi debatido e exposto por muitos teóricos que o século XXI é um período de diversas mudanças em quaisquer esferas da vida - política, econômica, social etc. -, sobretudo diante de duas guerras mundiais ocorridas antes da primeira metade do século. A Guerra Fria, que dividiu o mundo do pós-guerra entre o lado capitalista e o socialista, configurou muito das transformações ocorridas no pós-guerra e na composição e organização da vida social. Além disso, todas as mudanças contaram com

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: danielguzmoratti@outlook.com.

a forte presença de um Estado de caráter keynesiano após a década de 1930, que se fez necessário na recuperação econômica.

A política adotada por Henry Ford em sua fábrica, ao pagar um salário de cinco dólares para uma jornada de oito horas explica muito dos avanços do trabalho e de seus rendimentos ocorridos nesse contexto histórico. Foi um período de avanços na produtividade, de aumento da massa de salários, de crescimento do PIB per capita, melhora da vida de grande parte da população e, sobretudo, de um crescimento médio mundial jamais visto antes na história do capitalismo. Além disso, o aumento da produtividade permitiu uma produção em massa e, concomitantemente, um consumo de massa devido à elevação dos salários, que *a posteriori* ficou conhecida como sociedade do consumo.

A constituição do trabalho, diante de um sistema de produção capitalista, sempre configurou na subordinação capital-trabalho, porém, nos diversos contextos históricos ela se constitui de formas diferentes, apresentando características referentes à forma do modo de regulação. O tipo de trabalho, nas fábricas, no século XIX, não é o mesmo daquele do início do século XX e, tampouco, daquele do final desse mesmo século. A Europa como predecessora das revoluções industriais é a que compõe os primeiros e principais movimentos em torno do trabalho, bem como as organizações coletivas em busca de um trabalho e remuneração dignos, sendo, por essa razão, esse o espaço geográfico aqui adotado.

O principal marco utilizado nessa análise para uma grande mudança no mundo do trabalho é definido na década de 1970, sendo referente à grande crise que o sistema fordista se adentrou, atingindo seus limites de produção e não mais conseguindo expandir a produtividade na tentativa de aumentar a produção de mais-valor. Ao mesmo tempo, ocorre uma crise a nível mundial, pelo fim do padrão dólar-ouro, compartilhando de uma conjuntura global que acumula de uma necessidade de reconstituir o modo de reprodução capitalista e, conseqüentemente, a relação trabalho-capital.

Toda a mudança fundamental para tirar o capitalismo dessa forte crise gerou diversas alterações nos paradigmas no regime de acumulação de capital, tanto do ponto de vista econômico quanto do político e institucional, que vai se desdobrando sobre os demais aspectos da vida. A nova fase do capitalismo, de acumulação flexível, é

conhecida na literatura como aquela em que ocorre o predomínio das finanças sobre a produção real, a qual foi a saída vital na recuperação dos lucros que viera a apresentar constantes quedas tendenciais. A presença de empresas já internacionalizadas ganha ainda mais proporção, aumentando suas escalas e escopo em redes operacionais.

Nessa mudança da década e, sobretudo, na mudança do regime fordista para aquele do capital financeiro, ocorre uma mudança na relação de trabalho e, especialmente, na gestão da força de trabalho. Consecutivamente, a vida daqueles que vendem sua mão-de-obra também altera, uma vez que o trabalho é uma forma de imersão social e de pertencimento nesse tipo de produção social.

O que operou no regime fordista diz respeito ao trabalho que tem sua gestão baseada na hierarquia, em que um superior coordena a produção e os trabalhadores estão divididos em uma tarefa específica, isto é, em partes individuais do processo produtivo. Seus rendimentos e a jornada de trabalho são fixos, bem como ocorreu na linha de produção de Ford. A partir de 1970 ocorre uma revolução nos processos de trabalho, essa gestão se torna empresarial e se desenvolve conforme o desejo das empresas em busca do lucro e, então, elas exigem maiores conhecimentos dos assalariados para operar. Seguindo a ideia de Hobsbawm (1995), a Revolução Cultural é um elemento fundamental para entender esses acontecimentos, visto que a presença dos jovens nas universidades cria aquela força de trabalho com conhecimento para utilizar na criação de valor. Não somente, as mulheres também se inserem no mundo das universidades.

A gestão da força de trabalho é pautada em grande escala no modo de produção, isto é, conforme as necessidades do capital para a produção de valor. Ela representa também uma disciplina que se impõe sobre o trabalho, bem como se relaciona com o tipo de trabalho e o tipo de vida que o trabalhador possui. O modo de vida se configura a partir da totalidade, de todo o processo produtivo e a tudo que nele se conecta, bem como define o consumo das classes sociais, a remuneração e como os trabalhadores se organizam coletivamente.

O discurso a partir de 1970 vai se pautando no predomínio das finanças - definido por Chesnais como Mundialização Financeira - e do mercado, na troca do pensamento coletivo para aquele individualista, em que o ponto central passa a ser a racionalidade dos indivíduos à espera da maximização de suas respectivas utilidades.

Com essa saída que o capitalismo conseguiu para si, da nova gestão da empresa moderna, da importância que os ativos vão tomando diante de todos os aspectos da vida, da potencialização da constante busca pela valorização, ocorre que os próprios trabalhadores começam a se enquadrar nessa lógica. A nova divisão do trabalho que se assume vai dependendo cada vez mais do conhecimento e da informação, tanto dos indivíduos quanto das firmas, o que desempenha um papel fundamental na nova relação capital-trabalho

Para Dardot e Laval (2016), que utilizam do arcabouço teórico foucaultiano, os indivíduos possuem sua própria forma de controle, sendo essa chamada de governamentalidade, ou seja, é uma maneira do governo de si próprio, uma forma de disciplina e soberania dos próprios sujeitos. É dessa maneira, sobre a forma de disciplina, que se exerce um novo poder de controle sobre a população, que define a financeirização como prática de controle social², entendido como biopoder na linguagem de Michel Foucault. E é por esse controle que o sistema capitalista irá almejar a produção do excedente da produção social.

1. FORDISMO E A ERA DE OURO

As benesses trazidas pelo sistema fordista só foram possíveis de serem observadas pelos estudiosos quando o próprio fordismo entrou em colapso. A fase triunfal do capitalismo no segundo pós-guerra recebeu diversos nomes, como *A Era de Ouro*, *Os 30 anos Gloriosos* e *Anos Dourados*. Esse período também ficou conhecido por bater recordes anteriores de crescimento, sobretudo para a economia dos Estados Unidos e para as principais economias da Europa, o que permitiu a recuperação econômica dos períodos de guerra. Segundo Hobsbawm (1995, p. 255), "hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (*ODCE Impact*, pp. 18-9)". E ainda segue que

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de

² Para que a população se torne produtora de riqueza no interior do ciclo de valorização do dinheiro, é necessária é uma forma de controle social que se alimente de relações diversas, seja da relação entre o senhor e o escravo, seja da relação entre Estado e cidadãos. (Lucarelli, 2011)

manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (HOBSBAWM, 1997, P. 257)

O contexto histórico dos Anos Dourados permitiu não somente o crescimento econômico elevado e um avanço na produtividade, mas também foi um período de crescimento populacional acelerado, expansão urbana juntamente do êxodo rural, aumento de novas tecnologias e da globalização e, principalmente, um aumento do emprego, do consumo e da produção em massa, sendo esses últimos de grande importância para essa análise.

O modelo de produção em massa de Henry Ford promoveu um *boom* em escala mundial, espalhando grandes indústrias por todo o espaço capitalista.

Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para o mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número precisa de 300 mil para 7 milhões. [...] o que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. [...] em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais. (HOBSBAWM, 1997, p. 259)

As guerras foram responsáveis por avançar em grandes proporções com a tecnologia, isso facilitou muito para a própria existência da Era de Ouro do capitalismo. O aparato tecnológico alterou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e pobre; pesquisa e desenvolvimento tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico; e, além disso, as novas tecnologias eram de capital intensivo, exigindo, portanto, investimentos cada vez menores em mão-de-obra.

Conforme Hobsbawm (1997), que a tecnologia não é o fator principal para explicar o período triunfal do capitalismo no século XX. O que o autor chama de Revolução Social e Cultural também corrobora para a formação da Era de Ouro, uma vez que nesses períodos de transformações existe a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, da expansão da educação pelo ocidente e também da conquista dos direitos e uma maior participação política. Os jovens também fazem parte das grandes mudanças culturais, trazendo uma nova forma de viver, alterando progressivamente a cultura e os costumes. A cultura jovem traz um novo padrão de consumo bem como o que é produzido pelas indústrias. A exemplo disso tem-se o movimento *hippie*. Esses

acontecimentos são responsáveis em grande parte pelas mudanças na estrutura de emprego. Hobsbawm (1997, p. 336) afirma ainda que

o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as verdadeiras vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas.

As mudanças nas transações comerciais dos países, no aumento das exportações em razão da industrialização e do desenvolvimento dos países capitalistas centrais, uma nova divisão internacional do trabalho começa a se constituir, sobretudo após meados da década de 1960. Novos mercados surgiram pelo mundo em função da demanda existente pelos produtos manufaturados, o que facilitava a integração dos mercados locais no mercado mundial. Ao mesmo tempo, novas características da força de trabalho emergiam sob o controle das empresas transnacionais em um período da globalização capitalista.

O avanço do capitalismo promovido pela Era de Ouro foi, sem dúvidas, o de maior crescimento médio em toda sua trajetória. Entretanto, a presença de um Estado de Bem-Estar Social, juntamente de aumentos na produtividade, no consumo, na demanda agregada dos países desenvolvidos e elevados salários, que aumentaram mais que o nível de produtividade, não conseguiram manter de pé a Era de Ouro.

A falta de combinação de crescimento econômico e do aumento dos lucros pôs fim nos anos gloriosos do capitalismo, colocando abaixo a estrutura do sistema de acumulação fordista. Não foi possível manter o crescimento da produtividade junto com o dos salários. Bem como afirma Hobsbawm (1997), a década de 1960 já sinalizava a fraqueza do modo de regulação e os Estados Unidos sustentaram em grande parte a Era de Ouro, pelo menos até a queda do sistema monetário com base no padrão dólar-ouro, resultando em uma diminuição da produtividade da mão-de-obra em vários países, que havia promovido o *boom* industrial. Não era algo muito estranho o que acontecia, para os historiadores e economistas, que viram acelerado crescimento na década de 1960

Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do *boom* de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro. Seu fim não era exatamente inesperado. A expansão da economia no início da década de 1970, acelerada por uma inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano tornou-se febril. No

jargão dos economistas, o sistema ficou “superaquecido”. (HOBSBAWM, 1997, P. 281-2)

Foi a partir de uma série de acontecimentos e processos históricos, econômicos e sociais que ocorreu o fim dos anos gloriosos, ao mesmo tempo em que seu fim foi detectado por uma série de eventos.

1.2 A Gestão da Força de Trabalho

Seguindo um pouco da tese de Robert Castel (1997), a mão-de-obra do período fordista era mais homogênea dentro da classe operária, porém as próprias condições de trabalho e o processo produtivo exigia uma diferenciação em si própria, sendo também um dos atributos da produção em massa que é comum no fordismo.

Segundo o Castel (1997), "é exato dizer que o modo de organização do trabalho comandado pela busca de uma produtividade máxima a partir do controle rigoroso as operações foi, de fato, um componente essencial na constituição da relação salarial moderna", o que traz referências a gestão da força de trabalho, isto é, uma forma de disciplinar o trabalho do homem. Ao mesmo tempo, a homogeneização das condições de trabalho traz de forma homogênea os meios e os modos de vida.

No fordismo também existe determinada importância e centralidade sobre o trabalho, isto é, aquela centralidade na relação capital-trabalho

Não há nenhuma outra modalidade de resistência possível para o trabalhador que não o trabalho: isso não é uma tautologia mas, sim, um julgamento moral e social ao mesmo tempo, partilhado por todos os bem-pensantes e que aprisiona o operário no papel de estar debruçado para sempre sobre as tarefas materiais. (CASTEL, 1997, p. 440)

No empenho pela distinção e no empenho para alcançar um bom lugar no mercado de trabalho, os sujeitos buscam sua própria diferenciação entre os demais, sobretudo entre aqueles assalariados industriais.

Um princípio de *distinção* opõe e reúne os grupos sociais. Opõe e reúne, porque a distinção funciona a partir de uma dialética sutil do mesmo e do outro, da proximidade e da distância, da fascinação e da rejeição. Supõe uma dimensão *transversal* para os diferentes agrupamentos, a qual reúne exatamente os que opõem e lhes permite que se comparem e se classifiquem. “Classificadores classificados por suas classificações”, eles se reconhecem através de sua distância em relação às outras posições que formam, assim, um *continuum*. Esta lógica da diferenciação se distingue de um modelo baseado no consenso e, ao mesmo tempo, de um modelo baseado no antagonismo do enfrentamento classe contra classe. (CASTEL, 1997, p. 471)

A cada nível de assalariamento existente para alguma classe social, ocorre um padrão “correspondente” ao nível de consumo, ou seja, o consumo é uma forma de configurar a identidade social³ de qualquer grupo na sociedade capitalista. Segundo Castel (1997), o consumo dos indivíduos está de acordo com a posição em que estes ocupam na divisão internacional do trabalho. A condição de assalariamento não diz respeito somente a como se subdivide os salários, mas, também, como é que está a distribuição social de aqueles que recebem tais salários.

A disciplina pode ser vistas como uma das formas de distinção social, mas, ao mesmo tempo, é um ponto central onde a maioria quer centrar suas decisões a fim de compor-se socialmente diferente, almejando um salário maior, um *status* diferenciado ou pertencer a um grupo dominante. O distanciamento salarial entre aqueles que vendem sua força de trabalho cria grupos sociais distintos, em que uns conseguem elevar seu nível de vida e outros não.

[...] a tese do “aburguesamento” da classe operária apóia-se na elevação geral do nível de vida que atenua os antagonismos sociais. O “desejo de integrar-se numa sociedade onde prima a busca do conforto e do bem-estar”⁴ leva a classe operária a dissolver-se progressivamente no mosaico das classes médias. (CASTEL, 1997, p 460).

Ocorre uma progressiva subordinação operária em torno de um aperfeiçoamento salarial que se traduz em disciplina social através do trabalho que cada um possui, o que significa uma busca por empregos melhores, isto é, as virtudes da disciplina trazem uma sensação de pertencimento a uma classe superior. E é assim que Castel (1997) afirma que “esses grupos estão inseridos no *continuum* das posições que constituem a sociedade salarial e podem por isso não se intercambiar, mas, sim, comparar-se diferenciando-se”. Com isso, a organização capitalista de produção institui o antagonismo de classes, colocando uns contra os outros em disputa por um trabalho que representa maior prestígio social e/ou que traz maior *status*.

Portanto, o corpo social que vai sendo instaurado na década de 1970 é de uma sociedade pautada na concorrência, onde essa classe operária precisa ter o outro como indivíduo e se aperfeiçoar para melhorar socialmente. A centralidade do trabalho é mantida, de tal forma que ele é um meio para a sociabilidade e de conquistar os demais espaços.

³ “Em uma sociedade salarial, tudo circula, todo mundo se mede e se compara”. (Castel, 1997, p. 478)

⁴ G. Dupeux, *La société française*, Paris, A. Colin, 1964

2. NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo foi interpretado, a partir do final da década de 1970, como uma ideologia após o movimento de liberalização e financeirização das economias. Tal ideologia pode ser caracterizada pelo estabelecimento da generalização da concorrência em praticamente todas as esferas sociais. Isso é possível de se compreender, em grande parte, a partir da crise do final dos anos 1960 e da mudança do regime de acumulação do capital, que implicou em consequências sobre todos os aspectos da vida, refletindo a originalidade do neoliberalismo, a qual foi capaz de criar *outra* sociedade (Dardot e Laval, 2016).

A ascensão do neoliberalismo - definido como “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot e Laval, 2016) - traz consigo uma forte imposição da economia de mercado e, simultaneamente, uma dissimulação do Estado Nacional que, diferentemente do liberalismo smithiano, não descarta a interferência do governo, mas o coloca em detrimento do funcionamento soberano do mercado.

Dardot e Laval (2016) consideram que o neoliberalismo está para além da visão usual do conjunto ideológico das macropolíticas que compõem e determinam as políticas econômicas. Constitui-se no neoliberalismo um esforço para a reformulação do indivíduo e ascensão de um novo sujeito, que para se integrar na nova ordem tem seus corpos e mentes domados, conduzindo-os a novas formas subjetivas do ser. Para isso utilizam-se de bases morais sustentadas pela lógica concorrencial a fim de esculpir novas formas sociais aceitas que estruturarão uma sociedade pautada em uma acumulação de capital infundável.

No entanto, ficar apenas nesse aspecto apenas da macropolítica configura um erro de diagnóstico do sistema econômico vigente, não sendo apenas um arcabouço de políticas econômicas adotadas em escala mundial, mas sim uma forma de “integração de todas as dimensões da existência humana” (Dardot e Laval, 2016). Ou seja, tal processo social também opera como uma normatização da vida e das práticas sociais baseadas no mercado.

Constituiu-se, dessa forma, um sistema predominantemente centrado no individualismo: o neoliberalismo como forma de existência ditando comportamentos. Dessa maneira, o sujeito anda à mercê da hegemonia dos mercados, ou seja, precisa ser melhor em relação ao outro e em relação a si mesmo, para se manter em coalizão com o novo modo de vida que exige cada vez mais eficiência, uma vez que para esse tipo de sociedade é necessário estar não mais na média, porém acima dela. Trata-se da crescente mercantilização da vida.

A partir disso, tem-se que a nova lógica social constrói um novo sujeito, paralelamente a uma nova razão do mundo, marcada pelo conjunto das macropolíticas. Inserido nesse contexto, o indivíduo passa a ter uma “racionalidade” neoliberal, que tem como característica principal a generalização da concorrência como lei de conduta e da empresa como modelo de subjetivação pessoal, onde o neoliberalismo molda um sujeito-empresa (Dardot e Laval, 2016). Esse comportamento é naturalizado e colocado como um valor que a pessoa possui, e este movimento configura na troca, de forma oculta, da subjetividade do ser humano, a partir do momento em que sua felicidade depende do sucesso idealizado por esse sistema. As subjetividades individuais, portanto, se colocam como um devir produtivo e eficiente tal qual o neoliberalismo exige.

2.2 Gestão da Força de Trabalho

No período do neoliberalismo, o foco da gestão da força de trabalho se volta ainda mais para a gestão empresarial, onde o foco passa a ser a empresa moderna, isto é, os trabalhadores se empenham no trabalho de constituir um valor para a empresa. Os empresários buscam empregar aqueles que se dedicam mais no trabalho, que são entusiasmados e determinados, que, de fato, irão buscar trazer resultados melhores para as empresas, como se fossem suas.

O projeto dos anos 60 orienta-se para a maior liberdade dos executivos e para a flexibilização da burocracia oriunda da centralização e da integração crescente de empresas cada vez maiores. O projeto dos anos 90 se apresentará, aliás, como um prolongamento desse movimento, ao retomar os temas da luta antiburocrática e pela autonomia (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 96)

O diálogo que se estabelecia era de que nos anos 1990, momento esse em que já se estava mais consolidada a estrutura societária neoliberal, deveria desburocratizar não somente a relação dos empresários, mas também a dos assalariados.

Isso facilitava a integração das empresas e das funções nelas existentes, o que identificava cada vez mais a segmentação do mercado de trabalho.

Os investimentos são feitos cada vez mais em colaboração com outras empresas, por meio de “alianças estratégicas” e “*joint ventures*”, de tal modo que a imagem típica da empresa moderna hoje em dia é de um núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços e trabalhadores temporários que possibilitam variar os efetivos segundo a atividade, empresas coligadas. Fala-se então em rede de empresas. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102-103)

A segmentação é tão elevada que os trabalhadores são pluridisciplinares ao mesmo tempo em que operam com atividades autônomas, flexíveis e especializadas. Como fruto dessa segmentação, as equipes de muitas empresas já não são integralmente contratadas por elas próprias, ou seja, os empregados que lá trabalham são contratados por firmas terceirizadas, sobretudo por agora apresentar um conjunto grande de funções. Todas essas subdivisões permitem com que o princípio hierárquico seja desmontado, ao passo em que as organizações das empresas se tornem flexíveis e competentes. O treinamento de equipes também dá lugar à autogestão e ao autocontrole (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O novo modo de vida do capitalismo exige mais que as pessoas estejam aptas para trabalhar, requer que elas sejam mais eficientes e produtivas, considerando os sujeitos como um eterno capital humano, que deve estar sempre investindo em si mesmo e se valorizando para conseguir minimamente estar pronto para o mercado de trabalho.

Boltanski e Chiapello (2009) consideram que os indivíduos devem estar inseridos na cultura do engajamento, sendo líderes, criativos, proativos, inspiradores etc., pois a ideia é de que o projeto individual pode ajudar a mudar o projeto coletivo enquanto sociedade, além de reforçar a tese de que a empresa é um local de construção desse empreendimento do sujeitos. "De modo mais geral a nova gestão empresarial está povoada de seres excepcionais competentes para numerosas tarefas aperfeiçoando-se continuamente adaptáveis capazes de autogerir-se e de trabalhar com pessoas muito diferentes." (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 105). Ao mesmo tempo, isso incorpora aquilo que Dardot e Laval (2016) trabalharam como governamentalidade, ideia esta trazida por Foucault e retratando como forma de controle dos sujeitos no capitalismo contemporâneo.

CONCLUSÃO

A relação capital-trabalho sempre existiu na sociedade de produção capitalista, porém, o que se tem mudado é a forma de gestão da força de trabalho que predomina diferentemente em cada tempo histórico. A principal mudança foi na alteração do padrão de acumulação de capital na crise dos anos 1970 com o fim do modo de regulação fordista, o qual teve seu esgotamento ao não conseguir expandir a produtividade e aumentar os lucros, juntamente de uma grande crise internacional.

Dentre todos os avanços trazidos pela Era de Ouro - aumento de produtividade, ganhos salariais, crescimento médio antes nunca visto, melhora da vida da classe operária etc. - a gestão da força de trabalho condizente à época era aquela pautada na sociedade do consumo e da produção de massa, onde o trabalhador era alocado unicamente com uma atividade sobre a forma hierárquica da produção. Os Anos Dourados permitiram quase trinta anos de grandes avanços na sociedade capitalista, seja nos países ricos, seja nos países pobres. Todos cresceram e se desenvolveram.

Em ambos os períodos de análise há um modo de vida correspondente ao modo de acumulação de capital, e até mesmo o processo de concorrência entre os indivíduos já existe, porém, após os anos 1970, ele se exacerba, criando uma normatização da vida, visto que os sujeitos são vistos como adversários. O discurso da gestão empresarial traz que a valorização dos sujeitos deve ser algo que eles mesmos devem buscar, como empreendedores de si, buscando se valorizar para trabalhar. Os indivíduos devem estar focados e determinados a colaborar com a construção da empresa como se ela fosse deles, pois ela é responsável por estimular a autonomia individual que contribuirá para um projeto coletivo, melhorando a sociedade.

A nova racionalidade dos sujeitos, que devem se autodisciplinar, autovalorizar, pensar mais em si, é uma forma que o próprio sistema capitalista conseguiu de sair da crise dos anos 1970, e continua a utilizar desses dispositivos em diversas crises como forma de saída. Isso cria empregos precários, salários baixos, baixa produtividade em alguns setores e um crescente individualismo. Utiliza-se de discursos que os resultados atingidos pelos indivíduos dependem apenas de si mesmo, que os

ganhos salariais dependem de seu esforço e do quão produtivo o trabalhador é, colocando em prática a falsa prática meritocrática.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: ed. WMF Martins Fontes, 2009.

CASTEL, Robert. A sociedade salarial. _____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**, v. 6, p. 415-493, Petrópolis: Vozes, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2016.

HOBSBAWN, Eric; DOS EXTREMOS, Era. **O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCARELLI, Stefano. A financeirização como forma de biopoder. Em: FUMAGALLI, Andrea; MEZZADRA, Sandro. **A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 151-184, 2011.